

Papo de Índio

TXAI TERRI VALLE DE AQUINO & MARCELO PIEDRAFITA IGLESIAS

O MAPEAMENTO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS NO ACREVERA OLINDA SENA DE PAIVA
ASSESSORA DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

Fevereiro é o mês de aniversário da CPI/Acre. Viva! Em termos de definição de propósitos, de filosofia, das relações com os índios e de ações, temos o que festejar. Mas se falarmos de políticas públicas e apoio permanente para as ações de formação com os povos indígenas, temos pouco a comemorar.

Neste ano de 2006, a Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC) está comemorando seus 27 anos de existência, já tendo realizado, em seu currículo, 26 Cursos de Formação de Professores Indígenas. Como realizamos muito nestes anos! Desculpem nossa falta de modéstia, mas temos muitos motivos de orgulho e satisfação. O Papo de hoje vai falar sobre alguns desses motivos.

Desde 18 de janeiro passado, encontra-se, em Rio Branco, um grupo de 38 professores indígenas participando do XXVI Curso de Formação. Estão presentes também os velhos indígenas, João Martins Shawādawa e José Txuki Katukina, que vieram colaborar com os estudos lingüísticos dos professores mais novos. O curso está acontecendo no Centro de Formação dos Povos da Floresta e, como sempre, coordenado pela CPI-Acre. Os professores presentes são membros dos povos Kaxinawá, Katukina, Shawādawa, Yawanawá, Jaminawa, Ashaninka, Manchineri, que moram em 11 das 34 terras indígenas atualmente reconhecidas no estado: Kaxinawá do Rio Jordão, Kaxinawá do Baixo Rio Jordão, Kaxinawá do Seringal Independência, Katukina do Campinas, Jaminawa da Cabeceira do Rio Acre, Arara do Igarapé Humaitá, Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu, Kaxinawá da Praia do Carapanã, Rio Gregório, Kaxinawá do Rio Humaitá e Kampa do Rio Amônia.

Nesse grupo co-existem professores com três perfis particulares: o professor pesquisador, o docente e o gestor. Tendo constatado a existência desses diferentes interesses vocacionais, a CPI/Acre renovou, no ano passado, sua proposta pedagógica de modo a poder, em seus cursos de formação para o magistério indígena, melhor entender e lidar com as diferenças de aptidão e expectativa no interior de um grupo tão heterogêneo de professores. Estamos felizes com a renovação efetuada, que sinaliza um salto de qualidade em nossas intervenções já no curso deste ano.

Os que conhecem os trabalhos da CPI/Acre, especialmente seus setores de educação indígena e de agricultura e meio ambiente, sabem o quanto acreditamos no conceito de autoria. Apoiados nele, andamos pelo percurso da autonomia dos povos indígenas e a delicadeza da interculturalidade. A autoria tem sido a orientação teórica com que os professores, agentes agroflorestais, representantes de associações indígenas e outros atores indígenas são motivados a analisarem criticamente as situações que viveram no passado e vivem no presente para, daí, fazerem suas escolhas de futuro, colocando em espaço aberto, quando lhes convier,



Professores indígenas no XXVI Curso de Formação Continuada da Comissão Pro-Índio do Acre

suas propostas e metodologias de ações sociais nessa terra brasilis. Além disso, nossa proposta de formação se apoia também na reflexão sobre a ação docente para que os professores indígenas sejam capazes de tomar decisões pertinentes não apenas no campo pedagógico, mas também em âmbitos sócio-culturais, lingüísticos, ambientais.

Ligada à reflexão pedagógica, sempre esteve a reflexão lingüística no Programa de Educação da CPI/Acre e, hoje, no novo desenho curricular da formação continuada, as línguas recebem ainda maior ênfase, ocupam maior espaço, de modo a possibilitar mudanças de comportamento sociolingüístico e a favorecer a definição e execução de políticas favoráveis às línguas indígenas.

Os estudos lingüísticos no Programa de Educação têm, atualmente, duas linhas principais. Na primeira, denomi-

nada linha meta-reflexiva, a língua indígena, em si mesma, é o foco de estudo e descrição, criando-se, assim, condições para que essas línguas tenham suas gramáticas organizadas e também para que elas adequadamente apareçam em livros didáticos, em dicionários e outros escritos. Na segunda, chamada sociolingüística, o foco é o estudo, a observação e a análise dos usos sociais das línguas em diferentes situações e domínios.

Para poderem se debruçar sobre o estudo meta-reflexivo, os professores indígenas tiveram esse ano, quinze dias de curso com o professor Aldir Santos de Paula da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), um estudioso das línguas Pano que trabalha com a CPI/AC há 16 anos. E ainda neste XXVI Curso, tivemos também um módulo, finalizado ontem, que se ocupou do viés sociolingüístico.

Nesse módulo, coordenado pela professora Tereza Machado Maher, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que também trabalha conosco há 16 anos, foi iniciada a instrumentalização dos professores indígenas para uma pesquisa participativa cujo objetivo é fazer um diagnóstico sobre a situação das Línguas Indígenas do Acre. Vai mostrar para os povos indígenas e para as sociedades acreana e brasileira o real grau de bilingüismo presente em nosso estado.

A relação da CPI/AC com a pesquisa de cunho sociolingüístico vem de longa data. Na ordem principal do debate está o esforço para a compreensão do grau de deslocamento das línguas minoritárias em favor da língua portuguesa. Sabe-se que as línguas indígenas foram historicamente desconsideradas por muito tempo e o quanto este silêncio contribuiu para o estabelecimento e a manutenção de relações de poder assimétricas entre os povos indígenas e a sociedade envolvente.

Não faltam motivos para concentrarmos esforços para realizar uma pesquisa sociolingüística. Desde a força que o projeto de autonomia ganha, quando se considera a pluralidade lingüística dos povos, até a construção de uma postura a favor das línguas indígenas, também construída em processo social com possibilidades de provocar mudanças. Além disso, a segunda língua falada é a Hãtxa Kuin, do povo Kaxinawá, falada por mais de 10 mil pessoas em ambos os lados da fronteira internacional peruano/brasileira.

Para falar melhor sobre a pesquisa sociolingüística, os professores José Mateus Itsairu Kaxinawá, Lucas Manchineri e Fátima Yawanawá entrevistaram a professora Tereza Machado Maher. A entrevista vai abaixo e é a parte mais interessante e instrutiva do Papo de hoje.



Fátima e Nani Yawanawá e outros professores indígenas do Acre no Centro de Formação da CPI/Acre

“O Acre é um estado muito rico do ponto de vista lingüístico”

Fátima Yawanawá: Professora, por que veio essa imaginação, essa idéia sua e da CPI fazerem essa pesquisa sociolingüística com os povos indígenas do Acre?

Tereza: Nós todos sabemos, Fátima, dos riscos que as línguas indígenas acreanas estão correndo. A gente vem lendo, vem acompanhando a situação das línguas minoritárias no mundo. E os resultados das pesquisas que vem sendo feitas não mostram um quadro muito otimista, não. Hoje, no mundo, existem cerca de 6.000 línguas, só que 10 dessas línguas são faladas por 85% da população do nosso planeta. Quer dizer, a imensa maioria das línguas que existem hoje é falada por um número reduzido de pessoas. E as línguas dominantes exercem muita pressão sobre as línguas minoritárias. Antigamente, essas línguas estavam mais seguras porque seus falantes tinham muito menos contato com falantes de outras línguas. Mas, agora não. À medida que os movimentos migratórios aumentam, que o processo de globalização se acelera, que os meios de comunicação de massa expandem seus raios de ação, os falantes de línguas minoritárias vão ficando cada vez mais expostos às línguas de prestígio. E aí o risco de acontecer um deslocamento lingüístico, isto é, o risco de substituição da língua minoritária pela língua dominante é muito grande. A projeção é que em 30 anos mais da metade das línguas do mundo desaparecerão. Alguns estudiosos chegam mesmo a afirmar que, caso medidas preventivas não sejam tomadas logo, 90% das línguas do planeta deixaram de existir nos próximos 50, 60 anos. O Acre é um estado muito, muito rico do ponto de vista lingüístico - além da língua portuguesa, são faladas, hoje, em seu território oito línguas indígenas! O desaparecimento dessas línguas seria uma perda lastimável, não apenas para os povos indígenas, mas para o estado e para o país, não é? E foi por esse motivo que, entre 1987 e 1990, a professora Nietta Monte realizou uma pesquisa para verificar qual era a probabilidade de sobrevivência dessas línguas. Sua pesquisa revelou que o avanço da língua portuguesa nas aldeias acreanas estava se dando em ritmo aceleradíssimo, que o processo de deslocamento lingüístico estava em andamento a todo o vapor. E foi a partir dessa constatação que vocês, professores indígenas, tomaram uma série de medidas de modo a poderem controlar esse avanço do português: introduziram as línguas nos currículos de suas escolas. Desde então vocês passaram dar suas aulas, a produzir materiais didáticos, literatura, vídeos, CDs em suas línguas maternas. Bem, já se passaram mais de 15 anos desde a pesquisa da Nietta. Está na hora de ver como estão essas línguas hoje, não é? Foi por isso que nós, então, decidimos conduzir uma pesquisa junto com vocês, com vocês atuando como co-pesquisadores, que resultasse em um Atlas Sociolingüístico Acreano.

Lucas Manchineri: Professora, o que significa “Atlas Sociolingüístico Acreano”?

Tereza: Assim como temos o Atlas Geográfico, Lucas, nós também podemos fazer o Atlas Sociolingüístico. Isso significa que vamos mapear a situação das línguas indígenas na aldeia de cada professor indígena do projeto da CPI/



Tereza Maher (direita) com professores Chipre e Lene Manchineri da TI Mamoadate, no Alto Yaco

Ac. Vamos procurar saber qual é o “estado de saúde”, por exemplo, da língua Manchineri nas aldeias da Terra Indígena Mamoadate. E para isso, nós vamos buscar respostas para perguntas como, por exemplo: quantas pessoas Manchineri falam sua língua materna nessas aldeias? Aumentou ou diminuiu o número de falantes nativos da língua de seu povo entre o público infantil? E entre os jovens? Em que situações comunicativas ela é usada? E em que situações a língua utilizada é o português? Qual parece ter sido o impacto da escrita no grau de vitalidade da língua Manchineri? Qual é a atitude dos falantes em relação a essa língua? E em relação à língua portuguesa? Enfim, com respostas a essas e outras perguntas em mãos, vamos fazer juntos um diagnósti-

co, um indicativo importante acerca do status e do grau de funcionalidade dessa língua atualmente.

Lucas Manchineri: E o que vai acontecer futuramente, depois que terminar essa nossa pesquisa sobre a situação das línguas indígenas no Acre?

Tereza: Bem, depois que tivermos analisado os dados que vamos coletar ao longo desse ano, poderemos refletir sobre os resultados dessa pesquisa para, então, formular, definir uma Política Lingüística que favoreça o uso das línguas, o seu fortalecimento. Com esses resultados vamos poder, todos juntos, pensar sobre a conveniência, ou não, de manter o modo como vimos atuando nesses 15 anos. E, além disso, também vamos ter mais ele-

mentos, acredito, para criar novas formas de intervenção favoráveis à manutenção ou revitalização das línguas indígenas no Acre.

Itsairu Kaxinawá: O que vai servir para nós, como professores-pesquisadores, a finalização dessa pesquisa sociolingüística?

Tereza: A minha expectativa, Itsairu, é que essa experiência pode ser muito enriquecedora para vocês. E não apenas porque os resultados desse estudo serão relevantes para o planejamento do seu trabalho docente, mas também porque vocês terão tido mais uma oportunidade de participar de uma pesquisa de fôlego. Ao longo dessa semana de curso, vocês participaram do desenho da pesquisa, conduziram um projeto piloto após o qual pudemos afinar nossos instrumentos de coleta de dados etc. Tendo passado por essa experiência, vai torná-los mais aptos para, daqui a alguns anos, poderem refazer, vocês mesmos, uma pesquisa sociolingüística como essa em sua comunidade.

Fátima Yawanawá: Qual será o resultado final dessa pesquisa?

Tereza: O resultado final? Não tenho como saber agora. Não tenho bola de cristal! Mas a minha suspeita, pelo que venho observando, é que nós vamos encontrar um quadro mais favorável às línguas indígenas do que a Nietta encontrou há 15 anos atrás. Porque eu não tenho nenhuma dúvida: sem o seu alerta, sem a forte mobilização que os resultados da pesquisa dela provocaram nos professores indígenas mais antigos, a situação das línguas indígenas na maior parte das aldeias indígenas que participam do Projeto de Educação da CPI/Ac seria muito mais preocupante hoje. Resta saber, no entanto, se as ações tomadas foram suficientes para minimizar o avanço predatório da língua portuguesa. Porque a entrada do português nas aldeias, quando feito com cuidado, com parcimônia, nos domínios onde ele é necessário, não é um problema. O problema surge quando o português invade, desnecessariamente, domínios indevidos, como o domínio familiar, por exemplo.

Itsairu Kaxinawá: Como o nawa vê os povos indígenas, suas culturas, suas línguas? Será que ele quer que os índios percam suas línguas?

Tereza: Não creio, Itsairu! Até porque a maioria dos nawa nem sabe que existem línguas indígenas. O Brasil possui 180 línguas, mas, no imaginário da maioria dos brasileiros, o país é monolíngüe, onde se fala apenas uma língua, a língua portuguesa. E mesmo aqueles poucos que conhecem o caráter plurilíngüe do país, geralmente não atribuem importância alguma às línguas minoritárias. Frequentemente, vejo pessoas se surpreenderem com a complexidade das linguagens utilizadas no computador. Será que essas mesmas pessoas sabem que o ser humano leva séculos para construir um sistema lingüístico, uma língua, e que isso, sim, é prova cabal de que somos mesmos muito, muito inteligentes? Será que essas pessoas sabem que todo esse esforço pode se perder no espaço de duas gerações? Talvez, se soubessem, valorizariam a diversidade lingüística no país.

Carta do professor Siã Kaxinawá em sua língua Hãtxa Kuin

HENE HUSHUPA

RIO BRANCO ACRE
LISHE 10-02- BARI 2006

NA HENE HUSHUPA NUSHŪ NA ESKATIĀ LINA UĪKI,
NUKŪ HĀTXAKIRI BENŪTIMA NUKU, UĪ MA BIRANAIBU,
HĀTIBUKI: VERARĀ. MALURĀ ALDIRĀ TELARĀ.

HĀTIBUNĀ 'NA NUKU YUİKĪ NUKU KENEMAKI NUKU ABI-
RĀ KANIKIKI. HASKAYARĀ NUKU YUSINĀNĀ. NŪ HĀTUKI
BENIMA TXAKAYAMAĪ.

BENIMAIRĀ HAMĒ IKAMA NUKŪ BEYA, NUKŪ HĀTXA,
NUKŪ MIMĀ NUKŪ DAU, NA NUKŪ PITI BETSA, BETSAPA,
SHABA KABIWA BIRĀKI. HAKI MA TĪMA WABIRĀ KĀTSI NŪ
IKAI. ĪKĀ MESTĒBUYA TSAUKĀĪ YUKA ISHŪ LINA WĀ BIRĀKI,
NA HĀTI NŪ YUSINĀ HUNIKUĪ ACREANUA TŪ NUKU NABU
HĀTU SHABA WASHŪ. NUKŪ BEYA HARABESMAĪ TSMASHŪ
NŪ HUNIKUĪ KAYA BENIMAI LINA NURĪ, HIWE KŪ KĀI TĪRĀ,
HASKA BESTIKI.

YUSINĀ TADEU (SIĀ) HUNIKUĪ

MĀE HENE: MAXI TUPĪA